

Verão com Justiça atende em Mosqueiro

10/07/2017 14:45

Projeto seguirá para Bragança no próximo final de semana



Coordenadora dos Juizados Especiais, Des. Nazaré Gouveia, ao centro, em visita às ações do projeto Verão com Justiça, em Mosqueiro

O projeto Verão com Justiça e Cidadania, da Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), esteve, neste último final de semana, 8 e 9 de julho, no distrito de Mosqueiro. No total, o projeto realizou 21 audiências e 11 orientações jurídicas. A unidade itinerante do Judiciário ficou estacionada na praça da Chapéu Virado, das 10h às 17h, e ofereceu serviços de prestação jurisdicional e encaminhou procedimentos criminais, além dos serviços oferecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) de alistamento eleitoral (1ª via), 2ª via, transferência de domicílio e o cadastramento biométrico.

A coordenadora dos Juizados Especiais, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, participou da ação em Mosqueiro, que contou também com a presença da promotora Ana Maria de Carvalho, o defensor público Francisco José Vieira e a advogada Patrícia Rocha, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Pará. As atividades foram coordenadas pela juíza Maria das Graças Alfaia.

No próximo final de semana, 15 e 16 de julho, o Verão com Justiça e Cidadania seguirá para Bragança, na Praia de Ajuruteua. A unidade móvel também ficará no local das 10h às 17h. Nos dias 22, 23, 29 e 30 de julho, o projeto seguirá para o município de Salinópolis, na Praia do Atalaia. Este ano, o Verão com Justiça e Cidadania iniciou os trabalhos no primeiro final de semana de julho, 1 e 2, na Praia Grande, do Distrito de

Outeiro, quando foi registrada uma ocorrência de desentendimento entre um homem e a uma mulher.

O projeto – O Verão com Justiça e Cidadania vai aos balneários durante todo o mês de julho para apreciar e julgar questões de pequeno potencial ofensivo, que preveem pena inferior a dois anos e podem ser substituídas por aplicação de penas e medidas alternativas. A apreciação dos casos é realizada por meio de procedimentos ágeis, que após os atos de competência da Polícia Civil, são imediatamente encaminhadas à unidade móvel do Judiciário, que por sua vez faz o processamento e julgamento das questões de acordo com a lei nº 9.099/95 (dos Juizados Especiais).

Além da prestação jurisdicional, que abrange a realização de audiências de transação penal, de conciliação e de instrução e julgamento, conforme o caso, o projeto proporciona à população, tanto aos que se deslocam para os balneários, quanto os que lá residem, mais segurança e acesso à cidadania, por conta da agilidade para resolver possíveis conflitos. Estabelecer a presença do Judiciário nos principais balneários do Estado, buscando a pacificação social e a inibição da prática de infrações penais de menor potencial ofensivo, é o objetivo do projeto.

Fonte: Coordenadoria de Imprensa

Texto: Anna Carla Ribeiro e Will Montenegro

Foto: null / Divulgação